



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## LEI ORDINÁRIA Nº 1.811/2018, DE 05/12/2018

### **INSTITUI A JUNTA JULGADORA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON.**

**O Prefeito Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica instituída a Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos destinada a analisar e julgar os recursos administrativos interpostos por fornecedores, no âmbito da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, na forma prevista no art. 8º da Lei 1012/2001 e alterações.

**Art. 2º** - A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos será composta por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes segmentos:

- I - Procuradoria Jurídica do Município;
- II - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável;
- III - Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Coxim/MS;
- IV - Associação Comercial e Industrial de Coxim - ACIAC;
- V - PROCON Municipal.
- VI - Instituição de Ensino Superior;

§ 1º As entidades deverão indicar, preferencialmente, advogados, ou pessoas que tenham conhecimento em direitos do consumidor.

§ 2º O representante do PROCON Municipal participará da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, porém não terá direito a voto nas decisões de recursos, nem poderá ser escolhido para as funções de que trata o artigo 12, desta Lei.

**Art. 3º** - Os membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos órgãos que representam, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a recondução.

**Art. 4º** - O representante da Procuradoria Jurídica do Município será o presidente da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos.

**Art. 5º** - A participação na Comissão será considerada serviço de natureza relevante e não remunerada.

**Art. 6º** - Das decisões da autoridade competente do PROCON, que aplicou a sanção, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

---

contados da data da intimação da decisão, ao PROCON, que, após oferecidas as contra-razões de recurso pela Divisão Jurídico-Administrativa, será remetido à Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, que proferirá decisão definitiva.

**Art. 7º** - A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos escolherá, dentre seus membros, um relator para cada processo a ser apreciado.

**Art. 8º** - Compete ao Presidente da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos:

- I - presidir as reuniões de julgamento de recursos e proclamar o resultado das decisões finais;
- II - assinar com os demais membros, as decisões da Junta;
- III - assinar as Atas das reuniões;
- IV - fazer constar em Ata, as ocorrências e demais acontecimentos nas reuniões;
- V - solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações necessárias ao exame e às deliberações da Junta;
- VI - executar as demais atribuições inerentes à função.

**Art. 9º** - Compete aos membros da Junta:

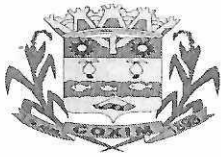
- I - comparecerem às reuniões, justificando as faltas em que incorrerem;
- II - relatar os processos que lhes forem distribuídos, proferindo o seu voto de forma fundamentada, devendo apresentá-lo na reunião em que estiver agendada a sua apreciação;
- III - discutir e votar os processos colocados em julgamento, salvo o representante do PROCON Municipal, que embora possa participar das discussões, não terá direito a voto nas decisões de julgamento de recursos;
- IV - assinar o livro de presença, assim como a Ata de reunião a que comparece.

**Art. 10** - A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos reunir-se-á mensalmente, salvo não havendo processos com recursos administrativos em pauta a serem julgados, em dia a ser definido pelos seus membros.

**§1º** - As reuniões da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos serão registradas em ata, exigindo-se quórum mínimo de maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente o voto de desempate, se for o caso.

**§ 2º** - Ocorrendo falta de quórum mínimo para a realização da reunião, será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de participantes.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

---

**Art. 11** - Os membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos que devam afastar-se da função por qualquer motivo, devem, sempre que possível, dar ciência formal antecipada do fato ao Presidente da Junta.

**Art. 12** - Perde automaticamente o mandato o membro da Junta que faltar, sem motivo justificado, a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou no período de um ano, a 4 (quatro) reuniões alternadas.

**Parágrafo Único** - Verificada uma das hipóteses previstas no "caput" deste artigo o suplente completará o mandato interrompido do titular.

**Art. 13** - Em caso de impedimento ou falta do Presidente, assumirá as funções o membro mais antigo e, entre os de igual antiguidade o mais idoso, sendo que este não poderá ser o representante do PROCON Municipal na Junta.

**Art. 14** - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor disponibilizará a pauta das reuniões aos membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, preferencialmente com uma reunião de antecedência.

**Art. 15** - Os trabalhos das reuniões devem obedecer a seguinte ordem:

I - abertura da reunião pelo Presidente quando constatada a presença do número legal dos membros;

II - leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

III - leitura do expediente;

IV - apreciação e julgamento dos processos em pauta;

V - apresentação de proposição sobre assuntos relacionados com a Junta, se houver.

**Art. 16** - Ao apreciar o processo, a Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos deverá verificar se foram cumpridas todas as condições de admissibilidade do recurso em âmbito administrativo.

**Parágrafo Único** - Caso o recurso seja carente do cumprimento das condições de admissibilidade, será negado seu conhecimento pela Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, devendo esta devolvê-lo aos cuidados do PROCON Municipal.

**Art. 17** - É resguardado a um representante do fornecedor recorrente a manifestação oral por tempo não superior a 10 (dez) minutos, não podendo, neste momento, apresentar ou solicitar a juntada de novos documentos ao Processo Administrativo.

**Parágrafo Único** - Após fazer uso da palavra na manifestação oral, o representante do recorrente deverá deixar o local da reunião para que se dê prosseguimento à reunião.

**Art. 18** - A decisão final administrativa em grau de recurso conterà relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

---

**Art. 19** - O órgão preparador dará ciência ao sujeito passivo da decisão da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, intimando-o quando for o caso, a cumpri-lo nos prazos estabelecidos pela legislação vigente aplicável.

**Art. 20** - A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos é a última instância julgadora do processo administrativo, não cabendo recurso das suas decisões.

**Art. 21** - Em casos de qualquer impedimento, caso fortuito, força maior, ou de não estarem nomeados os membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, poderá o PROCON municipal submeter o processo ao Procurador Geral do Município para julgamento do recurso administrativo, neste caso, não cabendo recurso das suas decisões.

**Art. 22** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de dezembro de 2018.

**ALUIZIO SÃO JOSÉ**  
Prefeito Municipal  
Coxim/MS